



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ**

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL, SEGURANÇA DO TRABALHO E GEOLOGIA E MINAS**

**REUNIÃO:** ORDINÁRIA XXX/2016  
**DECISÃO:** XXXX/2016 - CEEC  
**ASSUNTO:** Auto de Infração - Exercício Ilegal à Profissão por Pessoa Jurídica

**PROCESSOS / INTERESSADOS :**

ORDEM	Nº PROCESSO FISCAL	INTERESSADO	VALOR AUTO	DATA LAVRATURA OU EFETIVAÇÃO DO AUTO
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				

**EMENTA:** Infração ao Art. 6º, alínea "a", da Lei Federal 5.194/66 - EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO PROFISSÃO POR PESSOA JURÍDICA-PJ. Auto de Infração MANTIDO.

**DECISÃO**

A CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL, SEGURANÇA DO TRABALHO NE GEOLOGIA E MINAS, reunida em XX XXX 2016, na sede do CREA-PA, apreciando o assunto de que tratam os processos relacionados, no caso, infração ao Art. 6º, alínea "a", da Lei Federal 5.194/66 - EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO POR PESSOA JURÍDICA, por estarem realizando/ prestando obras/serviços reservados aos profissionais do sistema Confea/Creas, de que trata a Lei 5.195/66. Considerando que a penalidade por infração ao dispositivo descrito acima está capitulada na alínea "c" do artigo 71 da Lei Federal 5.194/66 – MULTA, e o seu valor estipulado na alínea "e" do artigo 73 da Lei Federal 5.194/66. Considerando que o valor da multa da autuação, encontrava-se regulamentada pela alínea "e" do artigo 4º da Resolução 524/11 do CONFEA, alterada pelas Resoluções nº 1.043/12, 1.049/13 e 1.050/14. DECIDIU, pela manutenção dos Autos de Infração e Notificação, devendo os interessados efetuar o pagamento das multas estipuladas, nos seus respectivos valores. A reunião foi coordenada pelo Conselheiro JOSÉ DA SILVA NEVES, tendo sido este processo relatado pelo Conselheiro JOSÉ DA SILVA NEVES, presentes os senhores Conselheiros ALESANDRO SANTOS DE ARAÚJO, ALEXANDRE DE MORAES FERREIRA, AUGUSTO ALVES ORDONEZ, DIONÍSIO BENTES RODRIGUES DO COUTO JUNIOR, ILOÉ LISTO DE AZEVEDO, JOSÉ DA SILVA NEVES, JOSÉ GUILHERME SILVA MELO, JURACI DE ARAÚJO MOURA FÉ, LEONARDO AUGUSTO LOBATO BELLO, LUIZ SÉRGIO CAMPOS LISBOA E REGINA MARQUES DIAS.

Cientifique-se e cumpra-se.

Belém, XX de XXXXXXXXXX de 2016.

\_\_\_\_\_  
Eng. Civ. Mec. Seg. Trab. JOSÉ DA SILVA NEVES

Coordenador Adjunto da CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL, GEOLOGIA E MINAS E SEGURANÇA DO TRABALHO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ**

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL, SEGURANÇA DO TRABALHO E GEOLOGIA E MINAS**

**REUNIÃO:** ORDINÁRIA 02/2017  
**DECISÃO:** 122/2017 - CEEC  
**ASSUNTO:** Auto de Infração - Pessoa Jurídica Exercendo Atividade Neste Regional Sem Registro

**PROCESSOS / INTERESSADOS :**

ORDEM	Nº PROCESSO FISCAL	INTERESSADO	VALOR AUTO	DATA LAVRATURA OU EFETIVAÇÃO DO AUTO
1	23251489/2016	SONA MINERAÇÃO SUSTENTABILIDADE SOCIAL E NORMATIZAÇÃO	R\$ 1.965,45	08/11/2016
2	23246579/2016	SANEPAV SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	R\$ 1.965,45	21/10/2016
3	23246696/2016	COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS MINERADORES E PRODUTORES	R\$ 1.965,45	06/10/2016
4	23241798/2015	FENIX LIMPA FOSSA	R\$ 1.788,72	13/10/2016
5	23252284/2016	FONNTES GEOTECINA LTDA	R\$ 1.965,45	23/11/2016
6	23250181/2016	GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA	R\$ 1.965,45	27/10/2016

**EMENTA:** Infração ao Art. 59º, da Lei Federal 5.194/66 - Pessoa Jurídica Exercendo Atividade Neste Regional Sem Registro  
Auto de Infração MANTIDO.

**DECISÃO**

A CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL, SEGURANÇA DO TRABALHO E GEOLOGIA E MINAS, reunida em 16 de março 2016, na sede do CREA-PA, apreciando o assunto de que tratam os processos relacionados, no caso, infração ao Art. 59º, da Lei Federal 5.194/66 - Pessoa Jurídica Exercendo Atividade Neste Regional Sem Registro, quando da realização de obras/serviços reservados aos profissionais do Sistema Confea/Creas. Considerando que a penalidade por infração ao dispositivo descrito acima está capitulada na alínea "c" do artigo 71 da Lei Federal 5.194/66 – MULTA, e o seu valor estipulado na alínea "c" do artigo 73 da Lei Federal 5.194/66. Considerando que o valor da multa à época da autuação, encontrava-se regulamentada pela alínea "c" do artigo 4º da Resolução 524/11 CONFEA, alterada pelas Resoluções nº 1.043/12, 1.049/13 e 1.050/14 DECIDIU pela manutenção dos Autos de Infração e notificação, devendo os interessados efetuar o pagamento da multa nos respectivos valores lavrados. A reunião foi coordenada pelo Conselheiro JOSÉ DA SILVA NEVES, tendo sido este processo relatado pelo Conselheiro DIONÍSIO BENTES RODRIGUES JUNIOR, presentes os senhores Conselheiros ALEMAR DIAS RODRIGUES JUNIOR, FERNANDO AUGUSTO FERREIRA DO VALLE, ANTONIO NOÉ CARVALHO DE FARIAS, AUGUSTO ALVEZ ORDONEZ, DIONÍSIO BENTES RODRIGUES JUNIOR, EDUARDO JOSÉ CAVALCANTE BRANDÃO, EDUARDO UESLEI DE SOUZA SIQUEIRA, INÊS MARIA MIRANDA LOBATO TEIXEIRA, JOSÉ DA SILVA NEVES, JOSÉ WATERLOO LOPES LEAL, PABLO VINICIUS RANGEL CANTO, PAULA FERNANDA VIEGAS PINHEIRO, REGINA MARQUES DIAS, MIKE DA SILVA PEREIRA, WANKES SOLONY DA CARVALHO CHAVES JUNIOR.

Cientifique-se e cumpra-se.

Belém, 16 de Março de 2017.

\_\_\_\_\_  
Eng. Civ. Mec. Seg. Trab. JOSÉ DA SILVA NEVES

Coordenador da CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL, SEGURANÇA DO TRABALHO E GEOLOGIA E MINAS